Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário e, em especial o § único do artigo 3.º do decreto n.º 13:791, de 16 de Junho de 1927.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 15 de Fevereiro de 1928. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — José Vicente de Freitas — Manuel Rodrigues Júnior — João José Sinel de Cordes — Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa — Agnelo Portela — António Maria de Bettencourt Rodrigues — Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa — Artur Ivens Ferraz — José Alfredo Mendes de Magalhães — Felisberto Alves Pedrosa.

Decreto n.º 15:033

Tendo em 1 de Agosto de 1899 falecido na Quinta de Minarvela, lugar de Linhó, concelho de Sintra, António Rodrigues Vieira, que em disposições de última vontade, em testamento, deixou a quantia efectiva de 3.000\$ em dinheiro para ser construído na terra onde nasceu, Leça do Bailio, concelho de Matozinhos, um edificio para servir de escola de instrução primária para ambos os sexos, tendo deixado mais para custeio da dita escola 12.000\$ em inscrições da Junta do Crédito Público, e ainda determinado no mesmo testamento que a sua Quinta de Minarvela e a casa que está dentro da quinta, após a morte da usufrutuária, Libânia Adelaide Gomes, passasse para poder da referida escola que na sua terra de Leça do Bailio se construísse com todos os pertences, tanto da quinta como da casa, isto é, tudo quanto se encontrasse dentro da casa e na quinta, compreendendo o gado todo que ali existisse à data da morte da citada usufrutuária; mas

Considerando que nunca se deu cumprimento às disposições daquele testamento na parte que se refere à escola de Leça do Bailio, tendo apenas o testamenteiro dado entrada no respectivo Ministério com as referidas quantias de 3.000\$ e mais 12.000\$ em inscrições da Junta do Crédito Público, haveres que foram encorporados na Fazenda Pública, porque nunca foi posta em prática a construção da referida escola em Leça do Bailio;

Considerando que a Junta de Freguesia de Leça do Bailio se propõe construir o edificio para a referida escola com a citada quantia de 3.000\$, que o Estado para esse efeito lhe entregaria, e com o produto de uma subscrição pública que abriria entre os habitantes da respectiva freguesia;

Considerando que tendo falecido em 17 de Fevereiro de 1926 a usufrutuária da citada quinta, Libânia Ade-

laide Gomes, se torna necessário providenciar sobre a entidade que há-de tomar posse da administração da quinta, cujos rendimentos serão aplicados, conforme o mesmo testamento determinou, à sustentação da dita escola;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Será entregue pelo Estado à Junta de Freguesia de Leça do Bailio, concelho de Matozinhos, a quantia de 3.000\$, que, pelo cidadão António Rodrigues Vieira, foi legada com destino à construção de um edificio para instalação de uma escola de instrução primária na sede daquela freguesia, e que em tempo deu entrada na Fazenda Pública.

Art. 2.º A referida junta de freguesia aplicará imediatamente aquela quantia ao início das obras de construção do edificio a que se refere o artigo anterior, continuando essas obras com o produto de uma subscrição pública que, para esse efeito, a mesma junta se propõe abrir entre os habitantes da respectiva freguesia e com quaisquer outras quantias que possa vir a obter para tal fim.

Art. 3.º Fica autorizada a citada junta a, logo que inicie as referidas obras, tomar conta, em nome do Estado, da Quinta de Minarvela, lugar de Linhó, concelho de Sintra, que o já citado cidadão António Rodrigues Vieira legou para os respectivos rendimentos serem aplicados à sustentação da mencionada escola.

Art. 4.º A Junta da freguesia de Leça do Bailio administrará a referida quinta conforme os preceitos applicáveis dos diplomas legais em vigor e dos que, para execução deste decreto, vieram a ser publicados.

Art. 5.º O Governo providenciará também sobre a forma de aplicação dos rendimentos da quinta à sustentação da escola.

Art. 6.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 15 de Fevereiro de 1928. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — José Vicente de Freitas — Manuel Rodrigues Júnior — João José Sinel de Cordes — Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa — Agnelo Portela — António Maria de Bettencourt Rodrigues — Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa — Artur Ivens Ferraz — José Alfredo Mendes de Magalhães — Felisberto Alves Pedrosa.